

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.412 - RJ
(2019/0154091-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : MACAE REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
EMBARGANTE : JOÃO FORTES ENGENHARIA S A
ADVOGADO : FÁBIO DE OLIVEIRA AZEVEDO - RJ098915
ADVOGADOS : TATIANA FERREIRA GASPARINI - RJ112455
DAYANE BRANDÃO DIAS - RJ205920
LETÍCIA SARQUIS PASTURA AIEX - RJ217455
EMBARGADO : ELUIZIANA FERREIRA DE ARAUJO
ADVOGADOS : MARIO CESAR DA SILVA BARROS JÚNIOR - RJ154899
CAMILA DA COSTA CORRÊA VAZ - RJ156230

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MACAÉ REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. contra decisão monocrática, desta relatoria, que conheceu do agravo e deu parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar a condenação em danos morais e, ainda, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majorou em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo (e-STJ fls. 508/518).

Aduzem, em síntese, que há contradição a ser sanada, nos termos do artigo 1.022, I, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto necessário o pronunciamento acerca de que, em "[...] *caso de parcial provimento do recurso interposto pelas embargantes, a fim de afastar a sua condenação ao pagamento de danos morais, descabida é a majoração dos honorários advocatícios recursais, posto que não aplicável ao caso em tela, mas tão somente em casos de desprovimento do recurso [...]*" (e-STJ fl. 525).

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (e-STJ fl. 531).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será

Superior Tribunal de Justiça

determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes embargos de declaração.

Consoante o artigo 1.022 do estatuto processual civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e (iii) corrigir erro material.

No caso, a decisão embargada enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e suficiente.

Não obstante, constatada a discordância dos embargantes com o deslinde da controvérsia, ficou demonstrada efetiva contradição a ensejar a integração do julgado.

No caso dos autos, a decisão embargada majorou em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios já arbitrados em favor da parte ora embargada.

A irresignação, dessarte, merece acolhida, para sanar o vício apontado.

Com efeito, no que diz respeito ao dispositivo da decisão embargada, onde se lê:

"Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar a condenação em danos morais e, ainda, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo." (e-STJ fls. 514/518).

Leia-se:

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar a condenação em danos morais.

Em face do exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para sanar a contradição apontada.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

